

Os blocos afros ainda não sucumbiram por conta da nossa vontade e a maioria dos blocos funcionam, porque são famílias que administram. Os blocos que tinham amigos entre si, cada amigo foi desistindo da causa, porque além de tudo a gente é confundido com mercenários. Por que você faz isso, se isso não lhe dá dinheiro? Acho que todos aqui, que eu estou vendo de cultura, quase nenhum vive do dinheiro da cultura. A cultura que ele faz vive, porque ele faz e ele não existe, porque a cultura existe, porque ele está fazendo a cultura. E isso, eu estou há 30 anos lutando, lutando pela cultura que eu abracei, que eu achei que devo fazer, mas não lutando para que me dêem dinheiro para fazer, mas eu queria agora começar uma luta para que deixem eu fazer do meu jeito sem me dar nada. Me desculpe, eu até vou ser grosso, que não encham o saco da gente, deixa a gente fazer cultura, ali é cultura, eu não vou dar nada, mas vou deixar fazer, porque o Estado além, de não dar nada procuram uma forma de impedir que a gente faça.

E essa questão do reconhecimento do imaterial, da questão da propriedade, eu acho que avançou lentamente até o ponto que a gente está aqui nessa audiência. Há muito tempo a gente ouvi falar disso, mas tem a questão da inscrição. Então, tem gente aqui de vários pontos do Rio de Janeiro, que tem uma dificuldade danada de manter a sua cultura e tem que vir aqui para saber como será. A lei vai ser publicada? Ou já foi? Mas, ele não tem acesso aos instrumentos que façam com que ele inscreva a sua cultura.

Eu acho que deveria já que chegamos até aqui, abrir para que se reconheça, se mapeie e se declarem essas instituições comprovadamente como bem imaterial. (Palmas) É muito difícil, como disse aquele meu senhor, ali - eu fui, eu sou esclarecido, eu tenho nível superior, eu fui em um edital da Prefeitura ISS, mas sabe o que acontece? É só escritório que consegue, é só gente que trabalha com isso que consegue.

Aí, eu estou fazendo a minha cultura, carrego daqui carrego dali, vou ali e resolvo um problema, outro ali reclamando, pago uma multa, faço tudo, eu vou ter cabeça de sentar para acompanhar aquela lei altamente burocrática? Só quem vive disso, investiu a sua vida nisso, estudou isso que vai conseguir cumprir todas as exigências, detalhar o seu trabalho - eu trabalho, faço trabalho bonito, milhões de pessoas reconhecem, mas se eu não souber escrever o que eu faço da maneira que se determinou que eu tenha que escrever, o meu trabalho não existe.

Qual a forma que o senhor me sugere ou nos sugere para que a gente tenha o nosso trabalho reconhecido? Eu tenho 32 anos de questão cultural afro, essa aqui tem 63, outros tem mais. Como é que se faz para que o Estado reconheça que essas pessoas fazem a cultura que são culturas nominadas. Nominadas e que todos sabem que existe. É uma forma de se começar a reconhecer tudo o que nós fazemos pela cultura, eu sinceramente, não pleiteio ficar rico com cultura. Pleiteio sim ter uma fórmula de manter minha cultura sem meter a mão no meu bolso, que isso aí eu acho que é difícil de muito, porque é trinta anos, aí tem um dinheiro separado para fazer e ver uma fórmula, a gente precisa dessa fórmula.

Eu estudei trigonometria, foi muito mais fácil do que resolver essa questão de que você faz cultura, recebe por ela sem ter uma pessoa: - ih, entrou fulano no Governo, meu amigo aqui conhece o fulano no Governo. Aí nem a cultura é reconhecida, eu fui levado à Globo com os blocos afros, em uma reunião de toda a diretoria reconheceram o nosso trabalho, foi uma coisa de louco, a gente achou - poxa, agora a gente vai levantar a cultura, mas, de repente por uma questão lá de alinhamento, esse que nos levou à Globo deixou de ser um parceiro nosso, todo o reconhecimento nosso acabou. Então, a gente depende muito de quem indique o que a gente faz, e eu acho que política pública não deveria ser assim. Falei para a secretária também nessa gestão: vocês têm pessoas que orientam vocês aqui no gabinete, pessoas que são amigos de vocês e amigos de quem eles tem interesse em ajudar.

Eu acho que cada órgão deveria ter agentes de campo, eu chego lá e digo - eu sou do Orumilá, funciono há 30 anos, faço isso faço aquilo, que ele mandasse um agente lá. Tem condição de fazer isso?

Já que não confia no que a gente entrega, mande um agente da secretaria no local para ver como funciona, quando funciona, o que faz, ao que se propõe, qual o interesse da coletividade naquilo. É muito mais fácil do que trazer pessoas de longe sem condição financeira e esse custo que eles têm para vir aqui, é custo que eles estariam empregando nas suas atividades. É uma coisa que, infelizmente, a gente de pires na mão tem que solicitar mais com propriedade, porque o Estado tem o dever de fazer. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado.

O SR. MESTRE HEVALCY - César? Parabéns, eu estava lá ontem na 12ª caminhada sobre a intolerância religiosa e o Orumilá fechou com chave de ouro, parabéns. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Quero citar a presença de Cida Baiana, de acarajé. (Palmas). Bom, estamos chegando no final, não tem mais ninguém inscrito. Está certo, depois Frei Tatá, e aí a gente passa para o Diretor geral do Inepac.

O SR. JOSÉ AUGUSTO - Sr. Presidente. Pela ordem, com muito respeito a Vossa Exa. pela comissão dos trabalhos, sou José Augusto, Gugu, assessor especial do nosso secretário de cultura Ruan Lira. Eu gostaria só de me posicionar nessa audiência pública em relação à representatividade do nosso secretário Ruan Lira. Não está presente hoje, porque tem uma outra agenda, mas todas as oportunidades que o nosso secretário é convidado por essa comissão, nós procuramos, na ausência dele, trazer a pessoa técnica e responsável pelo tema da audiência. Nosso objetivo é trazer luz a qualquer assunto pertinente a condução dos trabalhos aqui na comissão.

Hoje, por alguns minutos eu me ausentei porque tinha, paralelamente à comissão, a reunião da audiência pública, a reunião da liderança de governo a qual alguns projetos referentes a nossa secretaria entrariam na pauta. Mas, deixar registrado ao senhor, a todos os presentes aqui o nosso cuidado por parte da Secretaria de Cultura, mesmo eu me ausentando aqui por alguns minutos. Por esse motivo que eu estou colocando ao senhor e prestando esclarecimento à todas as pessoas e os seguimentos aqui presentes. Nós deixamos a pessoa técnica e responsável pelo assunto, que é o Cláudio Prado, o nosso diretor do Inepac.

Então, eu só queria fazer essa questão de ordem, senhor presidente, pela condução brilhante do trabalho desta Comissão de Cultura, muito ativa, e eu, sempre representando o nosso secretário Ruan Lira, para levar todas as demandas para buscarmos todas as soluções referentes aos temas.

Então, Presidente Eliomar, era isso o que eu gostaria de colocar ao senhor e me coloco à disposição de todos em nome do nosso secretário Ruan Lira, não tão somente nesta audiência pública, mas também em relação a nossa Secretaria de Cultura. Era essa a questão de ordem que eu gostaria de pontuar a Vossa Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado.

Passar a palavra agora para o Frei Tatá fazer a sua intervenção.

O SR. FREI TATÁ - Bom, senhor deputado, meus cumprimentos e o agradecimento por essa audiência pública, eu queria ser breve e de modo particular saudando todos e todas que aqui fazem cultura nesse estado.

Eu estou como superintendente de promoção de política de igualdade racial em São João de Meriti, e gostaria de lembrar ao meu secretário, que é o Marcelo Rosa, e sendo muito breve, este ano João Cândido faz 50 anos de morte, dia 6 de dezembro. Acho que falar de João Cândido, aquele que acabou com a chibata, do ponto de vista institucional da marinha e à todos nós, mereceria uma audiência pública e creio que é um projeto de lei que existe nessa Casa, através do Presidente da Alerj, o senhor deputado André Ceciliano, e para tornar João Cândido herói do estado. Existe um projeto no Senado, existe um projeto na Câmara Federal que hoje o Eduardo Bolsonaro pegou para ele. Isso nos dá uma desesperança, essa que é a verdade. Nós temos em São João um projeto já com 12 anos da Construção do Museu Marinheiro João Cândido, a superintendência de museus do Estado, ao qual o secretário foi agora mencionado, e que a gente tem o nosso respeito tem acompanhado, as outras gestões também têm acompanhado, as outras gestões também têm acompanhado.

Eu acredito que em pleno 50 anos nós podíamos fazer alguma coisa concreta. Daqui a pouco vou estar com o Sr. Adalberto Cândido, 80 anos de idade, filho do João Cândido, e a gente está cansado de simplesmente dá papel para o Sr. Candinho. É diploma disso, diploma daquilo. Na realidade, a história do João Cândido, da sua família, cabe reparação que a Comissão da Verdade sobre a escravidão negra do estado e do município acompanha. Mas também se alega a falta de dinheiro do estado, a falta de dinheiro não sei o quê. Sendo objetivo, acho que junto com o presidente desta Casa, da Alerj, pediria uma audiência pública, pediria que, de fato, João Cândido fosse herói ao menos do estado. E quem sabe a própria Câmara sinalizasse para o município fazê-lo também herói do município. Por quê? Ali terminou sua vida. 1969. Para mim e por tudo que já estudei, convivi, João Cândido é Zumbi do Século XX. Se estamos todos nós aqui, de uma certa forma, agradeçamos a João Cândido. Todos nós.

Eu acredito que é um momento muito difícil em termos de cultura, mas de educação, para o nosso país, mas se todos nós nos unirmos por essa causa João Cândido, todos nós, creio que, de uma certa forma, as futuras gerações vão dizer que valeu a pena e nos reconhecerem como homens e mulheres que não deixaram o tempo passar.

A segunda questão, por favor, estou falando de uma audiência pública reforçar um projeto de lei que já existe nesta Casa, João Cândido herói do estado. Sinalizar para essa questão de ser herói do nosso município, onde ele terminou sua vida. Faça apelo, aqui tem a Superintendência de Museu, aqui está alguém que representa o secretário de Cultura, que de fato a gente consiga ao menos começar a obra do museu e a gente poderia dar detalhes nessa audiência pública, inclusive com projeto arquitetônico, os desafios que existem, o que já tem captado, o que falta. É uma luta de 12 anos.

Para terminar, reforço a luta das baianas do acarajé, a vergonha que a gente passou, mais uma vez, dentro de São João, porque a baiana quase que é expulsa do lugar dela que está ali há anos. A gente conseguiu, não sozinho, reverter, mas falta essa questão da educação do patrimônio, de tudo que ela já falou, de pensar que está vendendo pilha, sei lá o quê. Nada contra quem vende pilha, sei lá. Pensar política de emprego nessa cidade.

E a outra questão também que é muito cara para nós, me orgulho disso, embora como padre defender isso, mas estou falando das nossas raízes e a ancestralidade. A nossa luta para que o Axé Opô Afonjá consiga, depois do tombamento, de fato, todo apoio do município, mas também do estado. Educação patrimonial, a possibilidade de fazer algumas intervenções urgentes que precisam ser feitas.

Creio, por favor, Leon, que junto com a superintendente de museus, também deveria ter para ontem uma audiência, um encontro com o Secretário de Cultura do nosso município e quem sabe até o prefeito, porque a gente está vendo as licitações chegarem e a gente não está vendo a obra. Eu creio que o estado pode nos ajudar, até ajudá-los a fazer acontecer a coisa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado, Frei Tatá.

Passar a palavra agora, é o último orador, depois passar a palavra para o Cláudio, tem mais duas pessoas, Douglas Amaral do Movimento e Quadrilha Juninas, e depois vamos encerrar com Grace Moreira da Casa Tia Ciata.

O SR. DOUGLAS AMARAL - Boa tarde a todos. Agradeço pela iniciativa dessa audiência pública que dá voz aos movimentos e não só ao que nós viemos representar, eu, Douglas, Cristiane, presidente da Associação de Quadrilhas do Estado do Rio de Janeiro. É um movimento que está consolidado como cultura do nosso estado, aqui na capital com mais de 40 quadrilhas, uma cultura que vai para o interior, que também tem sua representatividade: Angra dos Reis, Itatiaia têm festivais de quadrilhas e no Norte do estado também, Macaé, Campos e São João da Barra.

Esse movimento junino de quadrilhas, ao qual eu pertencço, ao qual eu sou integrante tanto como dançarino, diretor de quadrilha e agora nessa parte de porta-voz desse movimento, a gente entende e eu vi em vários movimentos aqui as mesmas necessidades. Então, acredito que as demandas que a gente vai estar trazendo são as mesmas, mas que com possíveis iniciativas iguais possam contemplar a preservação desse patrimônio imaterial.

É isso que a gente gostaria de trazer e pedir que a Comissão de Cultura da Alerj cobre ao secretário esse tipo de ação, porque hoje o tema da audiência pública é esse, é como preservar e de que forma financiar essas ações.

Então, a gente tem como bons exemplos, e acho que cada movimento vai trazer bons exemplos do seu segmento, aliás, iniciativas que são realizadas pelos governos estaduais dos estados nordestinos. A cultura do movimento junino, a cultura do São João já é entendida de uma maneira profissional, e isso agrega de várias formas comercialmente para os municípios que geram turismo para essas cidades e o povo ganha. Esses movimentos culturais e esses grupos folclóricos eles também são contemplados quando você tem grandes eventos e grandes ações anuais nos municípios e estados que estão realizando, esses grupos são contemplados com projetos.

Eu reforço apenas, para encerrar, que o movimento junino é necessário esse reconhecimento e, além disso, as ações, porque o Rio de Janeiro tem como particularidade ter recebido a Família Real, e foi daí que vieram as danças palacianas, europeias e da onde surgiu esse movimento de dança de quadrilha porque o brasileiro se apropriou das danças palacianas e fez, ao seu modo, o que hoje a gente celebra a colheita do milho, as festas de quadrilhas juninas pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil todo se espalhou. Começou aqui. Esse movimento tem mais de 70 anos registrado com registros e provas de acontecimento de maneira categórica. Vou citar um exemplo, apenas: aqui no Rio de Janeiro, a quadrilha do Sampaio, que deixou de existir já, mas os seus descendentes ainda estão vivos e trabalhando pela cultura. Se não houver ações a apenas reconhecimento, o movimento vai se perder, como vários movimentos aqui estão deixando de acontecer, deixando de existir por causa da falta de ação real do governo do estado e recai a culpa para o Legislativo e também para os parlamentares porque essa falta de ação do governo é uma não reação às provocações do parlamento.

Então, peço que a comissão, que já faz um trabalho de formiguinha, que tem crescido, e agora a gente se sentiu provocado a estar aqui porque é muito importante essa voz que a comissão está nos dando, e falando diretamente para essas pessoas que estão representando a Secretaria Estadual.

Então, fica o exemplo que é do nosso movimento, mas que vai servir, várias pessoas podem trazer, em um segundo momento, em uma segunda reunião, em um encontro na Secretaria, bons exemplos que acontecem Brasil fora de não só de reconhecimento, mas de ação, para que seja feito aqui também no nosso estado.

Então, as demandas são essas, para que realmente aconteçam ações para que a gente preserve essas culturas, que são diversas, e que essas culturas possam, de alguma maneira, serem financiadas com N iniciativas por parte do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado. Passo a palavra agora para Grace Moreira, da Casa Tia Ciata.

A SRA. GRACE MOREIRA - Boa tarde a todos, cumprimentando Eliomar Coelho, muito obrigada, cumprimento a todos dessa banca e agradecer esse momento de fala, de reflexão. Quando nós falamos em patrimônio imaterial é uma coisa muito séria e de suma relevância e que vocês aqui, que legislam as leis, têm que ver e ter um olhar realmente para isso para ver como é que estamos sendo tratados.

Quando a Rosa falou das baianas de acarajé, a Tia Ciata foi iniciadora a colocar as roupas de baianas porque não existia isso, existia mulher quituteira, crioula de ganho, mas, não baiana, então, foi através de Tia Ciata, colocando essa roupa de baiana que até os baianos importaram esse nome de baiana quituteira e baiana de acarajé, como nós conhecemos hoje.

Mas, eu reforço também na parte de educação patrimonial. A Casa da Tia Ciata também faz educação patrimonial, ela faz também turismo étnico, ela também tem à sua disposição, que mostra para as alunas de rede pública, rede privada, universidades, o que vem a ser as nossas raízes culturais.

Eu penso até um pouco diferente do César, nós temos direito a receber, a ter uma verba, sim, porque nós fazemos políticas públicas. Dentro dessas políticas que nós executamos, todos aqui que estão presentes merecem, sim, uma verba, mas, uma verba que contemple a todos para mostrar cada vez mais o que vem a ser a nossa cultura e não ser apedrejados igual isso que está acontecendo.

Sendo também as matrizes africanas sendo deprecadas, quebradas, isso não pode mais ocorrer, a gente não pode viver um retrocesso, a gente tem que viver e conhecer o que vem a ser a nossa cultura, o interesse é muito grande, eu, a cada ano, está sendo multiplicado o número de pessoas que vão conhecer a Casa da Tia para conhecer essas matrizes, o caminho de Ciata e outras coisas também.

Então, eu digo a vocês que estão aqui e que estão com a caneta na mão, que arrumem uma maneira de realmente efetivar essas políticas públicas porque nós fazemos, mas, também tem a parte de vocês, de fiscalizar, de olhar, conforme se falou, bota uma pessoa de campo, não colocar de maneira que as pessoas não possam entrar dentro de um edital, será que teremos que contratar pessoas para fazer isso? E será que essas pessoas também não vão ficar com a verba quando ela chegar?

Então, é isso, gente. A gente tem que ter essa visão, eu agradeço cada vez mais porque eu vejo não só agora, mas, desde sempre, o Eliomar Coelho sempre defendendo o nossa cultura e nós temos que preservar isso.

Então, muito obrigada a você por estar dentro dessa comissão e debatendo cada vez mais sobre isso. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado. Vou citar e agradecer desde já a presença de Ruan Lia, mandato da Deputada Dani Monteiro, presente.

Bom, ouvidas as demandas, nós anotamos todas, o diretor geral do Inepac presente ouviu todas. Zé Augusto, mais uma vez, sem demérito nenhum para a sua presença que sempre esteve conosco aqui em todas as audiências públicas, a gente tem que reconhecer, mas é bom o secretário estar presente para ele ouvir exatamente o que foi colocado aqui, todas as manifestações culturais praticamente que existem neste estado do Rio de Janeiro fizeram as suas colocações apresentando as suas demandas. Isso tem que ser ouvido, e não só ouvido, tem que ser ouvido e levado em consideração, porque também se não for levar em consideração de nada adianta.

Nós aqui deixamos muito claro, nós temos as nossas limitações, nós somos Legislativo. Nós estamos com você no campo da resistência. Sabemos o que isso significa e nesse campo da resistência nós temos que trabalhar e aqui não vai faltar apoio da Comissão exatamente para construção de uma massa crítica para a gente ter nas mãos essa massa crítica como instrumental de intervenção e ter eficácia. É isso o que a gente está querendo. (Palmas)

Passo a palavra agora para o Diretor Geral Cláudio Prado de Mello, do Inepac.

O SR. CLÁUDIO PRADO DE MELLO - Deputado, eu fico muito feliz e muito confiante e quando eu ouvi a notícia que o senhor era o Presidente da Comissão, eu o cumprimentei publicamente e meu coração realmente ficou esufizante, porque eu sou seu o seu eleitor, eu sempre fui, eu sempre acreditei no senhor...

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado.

O SR. CLÁUDIO PRADO DE MELLO - Nosso primeiro contato foi no Clube de Engenharia, há muitos anos atrás. Nem me lembro quando, quando a gente estava tratando do uso do solo e do subsolo. As minhas preocupações como arqueólogo sempre foram muito grandes e o senhor me acompanhava naquela luta. Naquela época, o senhor era Vereador, hoje o senhor está aqui Deputado, o senhor também conhece o trabalho que eu, como o Cláudio, não como diretor do Inepac, mas como Cláudio, arqueólogo e historiador, fiz sozinho no bairro de Anchieta, construindo um museu e mantendo um museu sem nenhuma ajuda e aí também é uma resposta para o Sr. César, que falou das dificuldades que a gente enfrenta, e eu, Cláudio, também enfrento.

Pasmem todos, em 30 anos do nosso Instituto, que é o Museu da Humanidade, que é o Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro, a gente também nunca conseguiu ter um edital, nenhum recurso de nenhum órgão, nem municipal, nem estadual e nem federal. Construímos um prédio de 2.500 m², que funciona com educação patrimonial para criança, comunidade, recebemos Baixada Fluminense, até porque a gente está no bairro de Anchieta. Pertinho, ponto de ligação entre a cidade e a Baixada e também de outros municípios. Marta deve ter acompanhado quando Quissamã foi em peso lá com três ônibus e a gente recebeu, tal como de vários outros municípios.

Então, essa luta e as angústias são suas, são de todos, são também minhas que por acaso, hoje, estou respondendo em nome do Inepac e, de certa forma, da Secretaria de Cultura.

No que nos toca responder, eu fico numa situação muito confortável de apresentar um tema que é específico para essa pressão que a gente sente de descontentamento, que é de todos, mas também é minha. Sou diretor do Inepac, mas eu continuo tendo minha alma de militância e de achar que o que nós construímos e o que nós temos não está bom, não está bom.

E aí, o professor Lino vai concordar comigo, quando a gente passou quase um ano tratando da reformulação da Lei do Patrimônio, que não foi aceita, não foi aprovada, nós ficamos muito tristes, você lembra? Porque nós trabalhamos durante um ano criando um diálogo com os órgãos. Nós viemos aqui, não para Alerj, mas para Elerj, Escola do Legislativo, com a Morgana, você conhece muito bem, e, simplesmente, acabou não dando em nada porque o *establishment*, ou seja, a situação, não queria mudar.

Eu insisto em dizer que nós temos que mudar as coisas do jeito que estão, as responsabilidades de cada um de nós, isso porque o patrimônio se perde, seja um edifício, seja ele material que vai deteriorando e, em um determinado momento, alguém bota fogo. Olha bem, eu não usei a palavra pegou fogo, eu falei, alguém bota fogo ou ele desaba pelo abandono. É um caso também dos grupos, dos saberes, das festas, que se não tiver nenhum incentivo desse Estado que pretensamente diz que vai reconhecer, eles também se perdem e aí a gente vai perdendo toda a nossa matriz cultural.

E o mundo como o nosso, onde caminha para a globalização, aonde a nossa própria língua hoje é dominada por termos estrangeiros, a nossa arquitetura hoje se massificou como edifícios quadrados, quadrangulares, e triangulares de vidro azul, essa paisagem a gente vai encontrar em Frankfurt, vai encontrar em Chicago, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em todos os lugares porque a tendência é essa. Se nós não tivermos a nossa cultura, aquilo que nos representa, os saberes dos nossos ancestrais vivos em nós, o que será de nós como o povo brasileiro ou seja, qualquer povo? Eu estou falando de uma forma genérica.

Então, um dos temas que me cabe dizer é de que eu estou entrando no Estado agora, mas eu estou com muita esperança, isso porque quando eu cheguei eu encontrei uma Secretaria que tinha na sua placa de entrada escrito Secretaria de Estado de Cultura e num determinado momento ela virou Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. E o que queria o nosso Secretário Ruan Lira passar com essa inovação? Passar a vontade que esse Estado, que essa administração tem de abarcar os processos da indústria criativa, juntar a baiana de acarajé com o que produz a cachaça, o que faz o artesanato. Isso é uma maneira que a gente tem efetivamente de lutar a favor dessas populações e desses saberes que até então estavam sendo perdidos no processo de massificação da nossa cultura. Simplesmente, existe agora uma possibilidade de dar certo.